

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

REQUERIMENTO Nº de 2011.
(Do Sr. Roberto de Lucena)

Requer a criação de Subcomissão Especial no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para acompanhar as ações de proteção de nossas fronteiras.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 29, I I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a criação de Subcomissão Especial no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para acompanhar as ações de proteção de nossas fronteiras.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil tem 15.719 quilômetros de fronteiras com 10 países. A faixa fronteira corresponde a 27% do território nacional e abriga cerca de 10 milhões de habitantes de 11 estados. Nossas fronteiras estão assim delimitadas:

- **Guiana Francesa:** 655 km de fronteira, situada totalmente no estado do Amapá.
- **Suriname:** 593 km de fronteira, sendo no estado do Amapá (52 km) e no Pará (541 km).
- **Guiana:** 1.606 km de fronteira, sendo no estado do Pará (642 km) e Roraima (964 km).
- **Venezuela:** 1.492 km de fronteira, sendo em Roraima (954 km) e Amazonas (538 km).
- **Colômbia:** 644 km de fronteira, situada totalmente no território do estado do Amazonas.
- **Peru:** 2.995 km de fronteira, sendo no Amazonas (1.565 km) e Acre (1.430 km).
- **Bolívia:** 3.126 km de fronteira, sendo no Acre (618 km), Rondônia (1.342 km), Mato Grosso (780 km) e Mato Grosso do Sul (386 km)
- **Paraguai:** 1.339 km de fronteira, sendo no Mato Grosso do Sul (1.131 km) e Paraná (208 km).
- **Argentina:** 1.263 km de fronteira, sendo no Paraná (293 km), Santa Catarina (246 km) e Rio Grande do Sul (724 km).
- **Uruguai:** 1.003 km de fronteira, totalmente com o Rio Grande do Sul.

Discutir e acompanhar a proteção de nossas fronteiras deve ser prioridade para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, pois inúmeros problemas que o Brasil enfrenta hoje estão relativamente ligados a fragilidade de nossas fronteiras, a exemplo citamos o tráfico de drogas, uma questão que vai muito além das favelas das grandes cidades atingindo todo o território brasileiro. As drogas ilícitas comercializadas nos morros são produzidas nos países vizinhos e entram em grandes quantidades em território nacional.

O Brasil tem fronteira com os principais países produtores de cocaína e maconha do mundo, grande parte dessas faixas encontra-se em regiões de selva amazônica. Também nas fronteiras encontramos extensa

malha hidroviária que corta diversas regiões brasileiras e que servem como escoadouro de embarcações clandestinas que entram no Brasil carregando grandes quantidades de estupefacientes.

Outros problemas nos forçam a olhar para nossas fronteiras com uma atenção redobrada, entre eles citamos a violência que assusta os moradores da região. Pesquisas nos mostram que os 571 municípios fronteiriços possuem índices de assassinatos maiores do que as demais 1.147 cidades nos respectivos estados. Segundo dados do Relatório Mundial sobre Drogas elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU) há presença de organizações criminosas brasileiras em diversas cidades fronteiriças, onde estabelecem bases para facilitar a comercialização de drogas e armas com fornecedores internacionais.

Outro dado que nos preocupa é que dos 11 estados fronteiriços somente três contam com um programa específico de vigilância na divisa: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Em muitos locais da fronteira brasileira a presença do Estado é mínima, para não se dizer inexistente.

Sabemos que o atual Governo tem pautado sua preocupação com nossas fronteiras, fato que observamos desde o discurso de posse da Presidente Dilma Rousseff quando afirmou: *“O governo fará um trabalho permanente para garantir a presença do Estado em todas as regiões mais sensíveis à ação da criminalidade e das drogas (...) Buscaremos uma maior capacitação no controle das fronteiras, como o uso de modernas tecnologias e treinamento profissional permanente.”*. Ministros de Estados e outros representantes das demais esferas de Governo também tem manifestado preocupação com o tema, a exemplo do que afirmou o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em recente entrevista coletiva: *“É impossível combater o crime organizado sem atuação na fronteiras.”*

Assim criar uma Comissão Especial, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é somar-se a todas as

iniciativas que caminham na direção de proteger nossas fronteiras e garantir a soberania nacional, para tanto solicito o apoio dos Nobres Pares para aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em de março de 2011 .

Deputado Roberto de Lucena

PV/SP